

MONITOR FISCAL



O *deficit* primário da União em 2015 alcançou R\$ 118,4 bilhões. O resultado do ano foi impactado pelo pagamento, em dezembro, de R\$ 55,6 bilhões relativos a passivos da União junto ao FGTS e instituições financeiras federais.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2015

R\$ bilhões

| ESFERA | REALIZADO NO ANO | LDO (REDAÇÃO ORIGINAL) | | LDO (REDAÇÃO ALTERADA PELA LEI Nº 13.199/2015) | |
|---------------------------|------------------|------------------------|-----------|--|-----------|
| | | META DO ANO | DIFERENÇA | META DO ANO* | DIFERENÇA |
| Setor Público Consolidado | -111,2 | 66,3 | 177,5 | -48,9/-117,0 | -5,8 |
| União | -118,4 | 55,3 | 173,7 | -51,8/-119,9 | -1,5 |
| Gov. Central | -116,7 | 55,3 | 172,0 | -51,8/-119,9 | -3,2 |
| Estatais | -1,7 | 0 | 1,7 | 0 | 1,7 |
| Estados e Municípios | 7,1 | 11,0 | 3,9 | 2,9 | -4,2 |

Fonte: Banco Central

* Valores "sem"/"com" ampliação da meta de *deficit* na forma da Lei nº 13.199/2015.

• O resultado primário da União em 2015 foi deficitário em R\$ 118,4 bilhões. Trata-se do segundo *deficit* primário consecutivo e do menor valor desde 2002, início da série histórica do Banco Central com a metodologia atual. Em relação à meta definida inicialmente na LDO, o resultado alcançado foi R\$ 173,7 bilhões inferior. Quanto aos demais entes, o *superávit* acumulado no ano também seria insuficiente em R\$ 3,9 bilhões para cumprir a meta original.

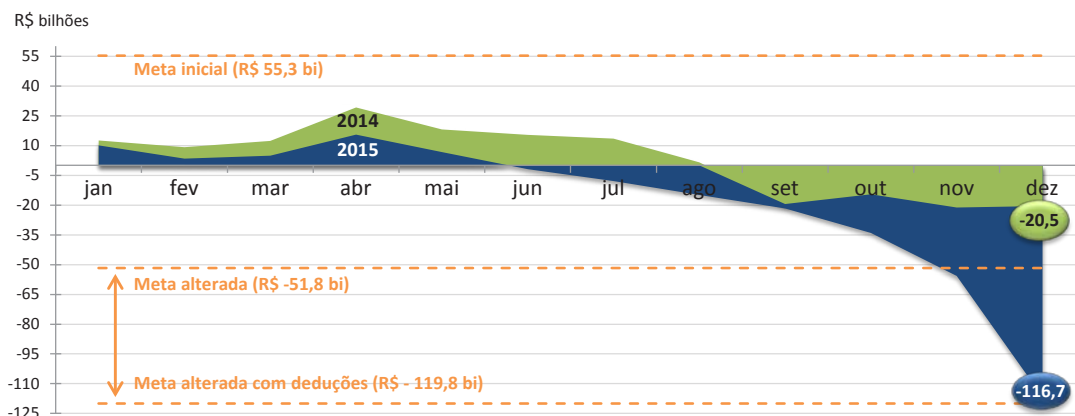
responder a *deficit* primário de R\$ 51,8 bilhões, podendo chegar a R\$ 119,9 bilhões, na hipótese de frustração da receita de concessões e permissões relativas aos leilões das usinas hidroelétricas (R\$ 11,1 bilhões), e de pagamento de passivos e valores devidos: ao FGTS (R\$ 20,7 bilhões); ao BNDES (R\$ 22,4 bilhões); ao Banco do Brasil (R\$ 12,3 bilhões); e à Caixa Econômica Federal (R\$ 1,5 bilhão).

• Com a aprovação da Lei nº 13.199, de 3 de dezembro de 2015, a meta da União para o exercício, inicialmente fixada como *superávit* de R\$ 55,3 bilhões, passou a cor-

• Ao final do exercício, o resultado primário do governo central apurado foi deficitário em R\$ 116,7 bilhões, próximo ao limite mínimo estabelecido de R\$ 119,9 bilhões.

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2014-2015)

Resultado primário acumulado no ano (2014 versus 2015)



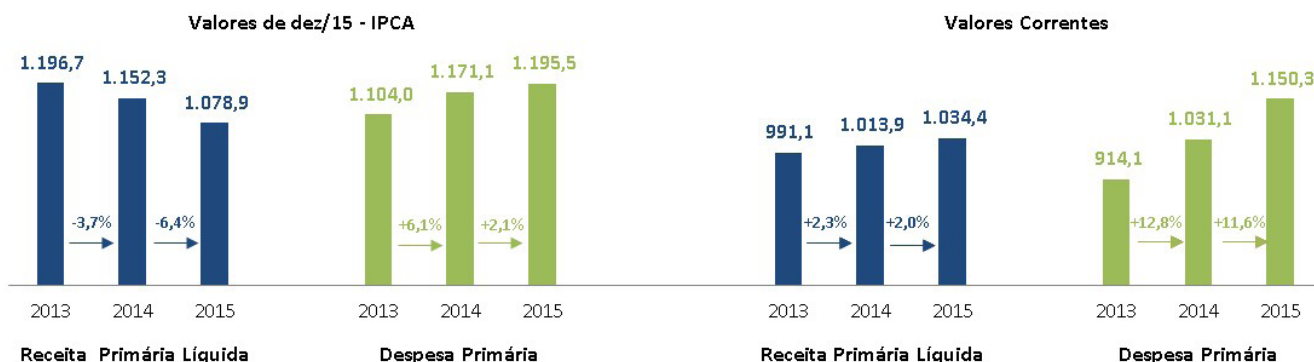
Fonte: Banco Central

• Em 2015, o *deficit* primário acumulado pelo Governo central alcançou R\$ 116,7 bilhões (1,97% do PIB), contra *deficit* de R\$ 20,5 bilhões (0,36% do PIB) verificado em 2014.

Apenas em dezembro, o *deficit* foi de R\$ 71,7 bilhões, significativamente afetado pelo pagamento de R\$ 55,6 bilhões aos bancos públicos e ao FGTS, conforme detalhado no item D.

C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e Despesas Primárias - acumulado janeiro-dezembro (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

• De 2014 para 2015, a receita primária líquida de transferências, em termos reais, apresentou queda de 6,4%, enquanto as despesas primárias tiveram aumento real de 2,1%.

• A queda da receita reflete a redução na atividade econômica, que impacta diretamente a arrecadação tributária, inclusive a parcela vinculada à seguridade social, bem como o recolhimento de dividendos pagos à União pelas empresas estatais.

• Destaque-se que essa queda foi mitigada pela arrecadação de receitas extraordinárias (não recorrentes), que, apenas entre as administradas pela Receita Federal, somaram cerca de R\$ 13,0 bilhões. O uso de receitas não recorrentes no cálculo dos resultados fiscais pode fragilizar a evidenciação da saúde fiscal do governo, pois tem efeito limitado sobre a sustentabilidade da relação Dívida/PIB no médio e longo prazos.

• O aumento da despesa, por sua vez, decorre do pagamento em 2015 dos passivos da União no âmbito das

chamadas “pedaladas fiscais”, conforme explorado no próximo tópico. Excluídos esses pagamentos, a despesa primária teria caído em relação a 2014, principalmente em função da redução: (i) dos investimentos do PAC, da ordem de 25,4% (R\$ 16,7 bilhões); (ii) dos gastos com abono e seguro-desemprego, de 19,0% (R\$ 11,6 bilhões); e (iii) do auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético, de 86,9% (R\$ 9,1 bilhões).

• Em valores correntes, não atualizados pela inflação, a receita primária líquida chega a apresentar aumento de 2,0% no mesmo período, ao passo que o crescimento da despesa primária alcança 11,6%.

• Considerando dados preliminares do Banco Central sobre o PIB, a participação da receita primária líquida no período foi reduzida de 17,9% para 17,6% do PIB, enquanto a proporção da despesa primária passou de 18,1% para 19,4% do PIB.

D. QUITAÇÃO DE PASSIVOS DERIVADOS DE DESPESAS POSTERGADAS

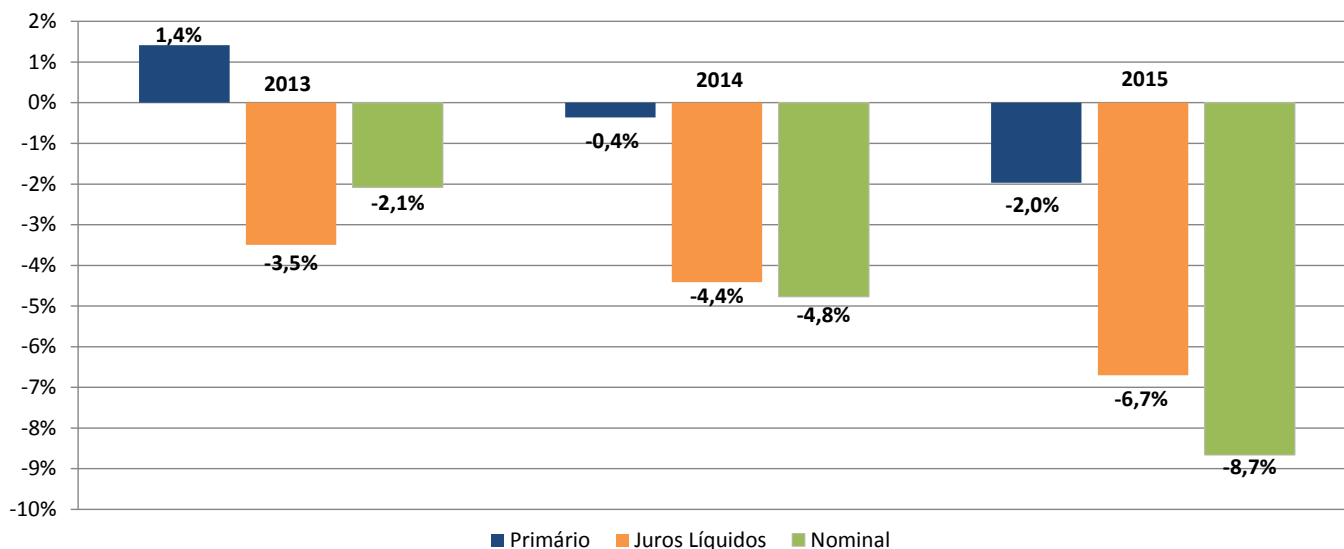
• Conforme indicado no Monitor Fiscal de janeiro deste ano, o resultado fiscal do mês de dezembro de 2015 seria afetado por vultosos pagamentos de passivos da União junto ao FGTS e instituições financeiras federais. Somente em dezembro, com efeito, esses desembolsos somaram R\$ 55,6 bilhões (sendo R\$ 72,4 bilhões em todo 2015), e visaram à quitação das chamadas “pedaladas fiscais” (ou despesas postergadas) dimensionadas no âmbito dos Acórdãos 825 e 3.297/2015-TCU-Plenário.

• O total de R\$ 55,6 bilhões de passivos quitados em dezembro é composto pelas seguintes parcelas: (i) R\$ 21,5 bilhões pagos ao BNDES; (ii) R\$ 21,1 bilhões pagos ao FGTS; (iii) R\$ 12,1 bilhões pagos ao BB; e (iv) R\$ 0,9 bilhão pago à Caixa0.

• Não computado o equacionamento de passivos, realizado em dezembro no montante de R\$ 55,6 bilhões, o *deficit* primário do governo central em 2015, no lugar de R\$ 116,7 bilhões, teria sido de R\$ 61,1 bilhões.

E. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (2013-2015)

Resultados Fiscais do Governo Central (Jan-Dez, % do PIB)



Fonte: Banco Central

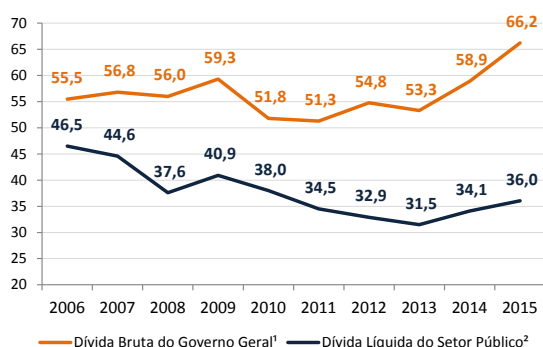
- O resultado nominal do governo central, acumulado até dezembro de 2015, foi deficitário em R\$ 513,9 bilhões (8,7% do PIB). Em 2014, o *deficit* acumulado no mesmo período foi de R\$ 271,5 bilhões (4,8% do PIB).
- Essa deterioração do resultado nominal é explicada tanto pelo expressivo aumento do *deficit* primário como pela significativa elevação dos juros nominais líquidos apropriados no

ano, que somaram R\$ 397,2 bilhões (6,7% do PIB) em 2015, contra R\$ 251,1 bilhões (4,4% do PIB) acumulados em 2014.

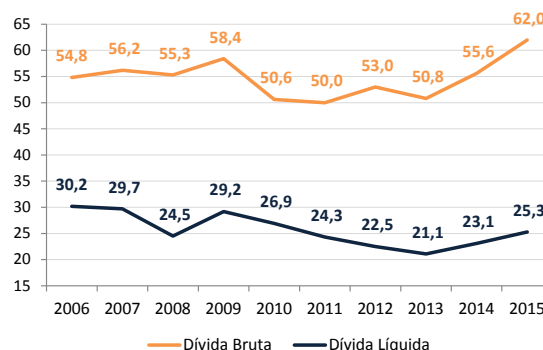
- Vale registrar que, para o setor público consolidado, o resultado nominal foi deficitário em R\$ 613,0 bilhões (10,3% do PIB), com juros nominais líquidos de R\$ 501,8 bilhões (8,5% do PIB) e resultado primário deficitário em R\$ 111,2 bilhões (1,9% do PIB).

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

Setor Público Consolidado - 2006 a 2015



Governo Federal - 2006 a 2015



Fonte: Banco Central

¹ A dívida bruta do governo geral abrange governo federal, governos estaduais e governos municipais. Exclui Banco Central e empresas estatais.

² A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais.

- A dívida bruta do governo geral cresceu 7,3 p.p. em 2015 e atingiu 66,2% do PIB (R\$ 3,9 trilhões), maior nível dos últimos dez anos. O aumento do endividamento é resultado não apenas da deterioração do resultado primário, mas também do impacto do aumento dos juros no resultado nominal (vide item E). A dívida líquida do setor público, embora em menor proporção, também manteve a trajetória de crescimento iniciada em 2014 e atingiu 36,0% do PIB, maior nível desde 2010.

- Especificamente quanto ao governo federal (excluindo Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 6,4 p.p. em 2015 e alcançou 62,0% do PIB, também no maior nível desde 2006. Já a dívida líquida do governo federal alcançou 25,3% do PIB (R\$ 1,5 trilhão), acima do valor esperado para o final do exercício, conforme Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015, de 23,8% do PIB (R\$ 1,3 trilhão).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF (CD)

Diretor: Ricardo Alberto Volpe

<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>

Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF (SF)

Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino

<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>

Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Aritan Borges Maia

Arthur Falcão Freire Kronenberger

Daniel Veloso Couri

Ingo Antonio Luger

Maria Liz de Medeiros Roarelli

Paulo Roberto Simão Bijos

Tiago Mota Avelar Almeida

Túlio Cambraia

FORMATAÇÃO E IMPRESSÃO

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF | Senado Federal